



Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Volume 1, Edição 33
Boletim Semestral
fevereiro de 2024

Tem a Palavra

Falar sobre o presente, obriga a que se fale do passado, pelo menos do mais recente, sendo ambos em boa parte a consequência do futuro.

Vivemos numa época com enorme potencial de criar inquietação, dias e meses em que inequivocamente se tem de gerir com muita cautela. Falar de crise sentida e vivida já virou hábito.

Dois anos depois do confinamento por via do vírus Covid 19, ainda se fazem sentir os efeitos dos custos económicos advindos daqueles difíceis dias. A nossa Instituição soube ser e estar, soube agir. Todos fomos pequenos heróis, passe a modestia.

Conseguimos ultrapassar, conseguimos gerir bem e conseguimos suportar os encargos extraordinários. Sofremos, mas não naufragamos. Por isso, e apesar disso a nossa Instituição está equilibrada e pronta para os desafios futuros.

Em breve, iremos crescer. Dentro de poucos meses, iremos abrir a Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença no emblemático edifício do Hospital de D. Luiz I, onde ocuparemos os dois pisos de cima. No estante espaço, será instalado o Centro de Saúde.

Foi e é uma iniciativa e uma parceria pensada e conseguida, graças à qual todos ficaremos a ganhar. A Sta. Casa da Misericórdia do Peso da Régua, a Câmara Municipal, e consequentemente todos os cidadãos do concelho e da região.

Entretanto, no futuro mais próximo teremos um novo desafio. A legislação recentemente entrada em vigor, estabelece que os lares de acolhimento de jovens, sejam mistos e que entre a partir dos 15/16 anos, os e as jovens sejam conjuntamente alojados (as) em apartamentos de autonomia.

Será uma forma de crescerem em autonomia e em autoestima. Nós concordamos e aderimos. Temos contudo a noção que não vai ser fácil e que tal novo contexto acarreta enormes responsabilidades para nós.

Teremos de ajudar e ensinar a ser livre, quem ainda não sabe voar. Cumpre-nos ensinar e ajudar. É o que faremos. A nossa obra nesse contexto, mostra que sabemos que não basta um pedaço de pão e uma tija de sopa. A caridade não é suficiente nem recomendável.

Dar o nosso melhor é o nosso lema.

Espírito Solidário

Propriedade: Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Director: Manuel Mesquita

Entrevista com o Sr. Provedor, Professor Manuel José Mesquita



Nesta nossa edição, através da entrevista com o senhor Provedor, Professor Manuel José Mesquita, fazemos um balanço dos últimos meses e falamos de projetos em curso e prestes a se concretizarem.

O impacto financeiro da pandemia da que confinou toda a gente e que obrigou a alterar hábitos e procedimentos, com todos os custos inerentes e suportados praticamente com expensas próprias, a nova Unidade de Cuidados Continuados cuja abertura está prevista para breve, são entre outros os temas abordados.

Solidariedade é um rio que nasce no coração e desagua na mão que dá, fazendo uma ponte eterna para a mão que recebe

Entrevista com o Provedor da Santa Casa da Misericórdia

Passado este tempo depois da pandemia da Covid 19, cerca de dois anos, já é possível fazer-se o balanço do impacto em termos financeiros?

Podemos assim como se pode dizer que sem dúvida alguma ele foi e é muito considerável e ainda com consequências a sentirem-se.

Vivemos tempos muito complicados. Note-se que logo a seguir a ela, rebentou uma guerra que mesmo parecendo ser longe nos toca diretamente.

Numa primeira impressão pode até parecer que não, mas tem impacto em quase tudo porque influencia os preços, por exemplo dos combustíveis e dos alimentos.

Sendo o nosso trabalho essencialmente dirigido às pessoas mais vulneráveis social e financeiramente, logo as consequências nos batem diretamente. Depois, a própria situação do país com toda a instabilidade política, também não ajuda.

Como se sabe, o nosso setor depende em grande parte dos apoios oficiais, logo pendentes dos orçamentos aprovados, mas resta-nos esperar pelo que aí vem.

Uma das coisas que todos os anos vem para cima da mesa, é o aumento do Salário Mínimo Nacional, exigiu para quem o recebe, como se entende facilmente.

A Santa Casa tem algumas pessoas a auferir-lo. Qual é o impacto na tesouraria?

Neste momento, temos 26 pessoas a ganhar o Salário Mínimo. No entanto, temos muitas situações em que o restante leque salarial é muito próximo, pelo que o aumento do SMN vai absorver os outros mais imediatos. Enquanto não houver uma tabela salarial negociada entre a União das Misericórdias e os Sindicatos, serão cerca de 50 num total de 125 pessoas.

Reconheço que sem dúvida alguma as pessoas ganham pouco, mas nós estamos num setor sem fins lucrativos, a maioria da receita advém do Estado via Acordos de Cooperação, depois temos as receitas dos utentes e as das comparticipações familiares sem que as possamos alterar ou aumentar livremente.

Não somos uma indústria transformadora, em que para se fazer face aos custos do aumento da despesa, se aumentam os preços de venda do produto produzido.

Pode dizer-se então que as nossas receitas são aquilo que o Estado define e estabelece por lei às quais não podemos fugir. Obviamente que temos a componente não comparticipada pelo governo, que são receitas calculadas pelo rendimento per capita dos utentes e/ou familiares, mas por aí não existe grande margem de manobra porque o seu cálculo obedece a uma fórmula aplicada sobre o rendimento para se calcular a respetiva participação.

Este governo enquanto estava em funções plenas, aliás, logo no início da legislatura, relativamente ao setor social, comprometeu-se a cumprir uma velha promessa ainda do tempo do primeiro-ministro António Guterres, que era o de assegurar cinquenta por cento das

despesas em cada valência no setor.

O problema é que isso nunca foi feito, e temos valências a terem uma cobertura de financiamento em 32 por cento, outras em 38 por cento, mas nenhuma da casa dos quarenta por cento, por isso ainda longe do prometido através do compromisso que referi. Agora, há-de vir um novo governo, vamos ver como vão ser as coisas.

O que a realidade nos mostra, é que o Estado mandata, transfere para a sociedade civil responsabilidades e funções sociais, mas não faz acompanhar os devidos apoios financeiros.

É verdade. Não faz acompanhar, mas as exigências que coloca são cada vez maiores e mais complexas relativamente ao serviço que praticamos. Só em 2023 os encargos da atualização de toda a massa salarial e de direitos que entrou em vigor acarretou uma despesa de quase 3 vezes mais do que foram os aumentos das receitas...

Dai resulta que aquilo que o governo decide aumentar, leva a que seja sempre muito difícil, cumprir com o estabelecido oficialmente. Por exemplo, é o que sucede quando o SMN é aumentado.

Não está em causa o que seria justo, nem o merecimento das pessoas, mas sendo as nossas receitas obtidas como referi antes, quanto maior é a diferença entre os valores comparticipados e os encargos fixos, maiores são as nossas dificuldades.

Por isso se exige uma cuidadosa e eficiente gestão interna. Note-se que depois e ainda, temos de cumprir todos os rácios estabelecidos nos protocolos, seja no que respeita ao nível do serviço, seja dos recursos humanos.

Ainda muito recentemente tivemos inspeções que se debruçaram especialmente na questão dos recursos humanos, e resulta que as exigências financeiras são de tal ordem que são impossíveis de cumprir. A não ser que fechássemos a porta ou fôssemos em busca de ajuda através do Fundo de Socorro da Segurança Social.

Por exemplo, a admissão de uma auxiliar tem um custo total de 16.000€, ora, numa instituição que tem várias valências se for obrigada a admitir 5 colaboradas são 80.000€ anuais. A pergunta que faço é onde vamos buscar internamente este valor? Depois, o aumento de mais funcionários não implica melhor eficiência e mais qualidade. Mas o que acontece frequentemente, é sermos olhados pelo Estado como meros agentes empregadores desvalorizando os procedimentos e resultados nos serviços. Sou um apologeta da diferenciação positiva com as instituições a serem financiadas pelos resultados aferidos.

Nós sabemos que o Estado também tem situações com bastante limitação financeira, somos um país de poucos recursos, pelo menos comparado com boa parte dos outros parceiros na União Europeia.

Dado isso, o que se está a fazer atualmente, é empurrar os encargos para as



famílias. No entanto, sendo o valor médio dos ordenados aquele que se sabe, por aí também não existe grande margem de manobra.

Reforço que o melhor seria dar mais autonomia às Instituições desde que cumprissem com resultados acordados com o Estado, otimizando os recursos e as sinergias que cada Instituição tem. Em vez da obrigação de se cumprir o estabelecido numa matriz que já tem mais de 20 anos, teríamos mais autonomia para prestar os serviços com a qualidade devida porque somos nós que estamos no terreno e conhecemos as nossas casas como ninguém.

Quando refere autonomia, quer dizer que o teto máximo para cada serviço, é tabelado.

Sim, existe um preço de referência. É o apuramento da despesa média por utente em todas as valências, através de acordo do Estado com a União das Misericórdias.

No Lar por exemplo, a referência no ano passado era de 1.250,0 euros, que é a despesa média considerada de um idoso dentro do Lar, mas essa passou após negociação com o ministério da tutela para 1.400,0 euros. Este valor de referência é suportado pela comparticipação do estado pelos rendimentos anuais do idoso e se não chegar ao valor de referência terá que ser a família a suportar o valor remanescente. Se a família não o fizer teremos que ser a Instituição a fazê-lo e nós não temos esse meio de fazer, já referi como

as nossas receitas são auferidas.

Coloca-se aqui a questão: as famílias de um modo geral, têm condições para suportar essa despesa, ou não?

Como bem se sabe, todas as famílias têm um orçamento limitado, em face das despesas diárias, que vão desde a alimentação à escolaridade e formação dos filhos. Perante uma situação destas, em que o Estado paga pouco mais de 500, com idosos a auferirem rendimentos baixos somando estas duas comparticipações fica uma diferença até ao valor de referência, e a pergunta é quem suporta?

As instituições como a nossa, têm obrigação de se preocupar com as famílias efetivamente carenciadas. Por outro lado, existem as vagas sociais para dar resposta a pessoas sem rendimentos ou retaguarda familiar, mas nós só temos quatro.

Quer isto dizer que o Estado se limita a auxiliar completamente essas quatro situações. As restantes, ou o diferencial tem que ser pago pelas famílias ou então pagamos nós sem termos capacidade para o fazer. Num universo de 60 utentes, facilmente se conclui o que isto representa.

A questão de as famílias terem de suportar, não é um opção absolutamente exequível. Certo?

Não senhor. Segundo a legislação em vigor, existe obrigatoriedade. O problema





são as dificuldades que elas próprias sentem.

Note-se que não estamos no tempo do Asilo Pedro Verdial, quando uma malga de sopa e um teto bastava. Inclusivamente, desde que tomei posse como Provedor pela primeira vez, até agora, a legislação mudou imensas vezes transportando-nos para uma realidade que não tem nada a ver com o presente e ainda bem porque são os nossos utentes a beneficiar deste aumento de qualidade.

Nós somos análogas às empresas públicas em termos de gestão, geridas por pessoas eleitas e sem estarem a tempo inteiro ou remunerado. Com a mesma responsabilidade jurídica de um gestor público, que é pago e nomeado, para gerir.

Não é coisa pouca. Note-se que por exemplo no concelho do Peso da Régua, a Santa Casa da Misericórdia, é o segundo empregador, logo a seguir à Câmara Municipal.

Mas mais, perante os projetos que temos em vista, e prestes a vigorarem, iremos mesmo crescer quase até ao ponto da Câmara Municipal em termos de empregos.

Uma das Valências, é a Creche/ Centro Infantil, que não é necessariamente de cariz social e solidário. É um serviço.

Qual é o seu impacto no global da instituição?

O Pré-escolar, que são as crianças do 3, 4 e 5 anos, que estão na fase intermédia entre a creche e a escolaridade do 1º Ciclo, é o no grande "calcanhar de Aquiles". Temos um prejuízo crónico.

No Centro Infantil, temos três valências: A Creche, o Pré-escolar e o ATL. O Pré-escolar dá prejuízo e o ATL também. A situação da gratuitidade das creches, abrange todas as crianças nascidas após 21 de setembro de 2021.

Quer isto dizer que no próximo ano, a gratuitidade na creche será geral abrangendo todas as crianças. Julgo que a ideia do governo será passar também para gratuito o Pré-escolar, provavelmente abrangendo as autarquias na solução pois são ensino público, sei que está em fase de negociação, e a acontecer será de uma forma faseada tal como aconteceu na creche.

Quanto à nossa visão sobre o futuro da educação no concelho, demos entrada recentemente na Câmara, para o licenciamento de construção de uma creche nova a edificar junto ao Lar D. Antónia Adelaide Ferreira, com uma projeção financeira de 2 de aproximadamente 2 milhões de euros, o problema mesmo é o seu financiamento com o PRR mostrar-se uma desilusão castigando o interior também nesta área, o cálculo realizado pelos pressupostos neste programa de financiamento é de um valor de 350.000€.

Na minha modesta opinião, será uma obra muito útil e muito bonita. Muito bem organizada e toda ela virada para o rio Douro em termos de vistas. Será um aumento de lotação para 100 crianças. Agora são 62. O facto de termos que assumir o quadro de pessoal do Pré-escolar no caso de passar a ser público, poderemos afetá-lo a esta situação sem que tenha de haver outro tipo de medidas mais

complicadas.

O assumir da despesa média de uma criança na creche, impõe razoabilidade. O estudo da União das Misericórdias e o estudo da Segurança Social, foram muito semelhantes em termos de valores.

No último ano, verificou-se um acréscimo de 16 mil euros o que não é muito significativo. Com o aumento dos salários e do custo de vida que vai haver agora, essa diferença vai ser absorvida.

Ficamo-nos por aquilo que o Estado paga esperando que todos os anos seja aumentado o valor por criança. A grande vantagem, é a previsibilidade da receita, sabemos mensalmente qual é o seu valor.

Também nisto temos o Estado a "fazer flores" com o dinheiro dos outros. Ou não?

Acho que não. Até pelo contrário. Os pais não pagam, paga o Estado. É uma medida política para as famílias. A partir do próximo ano, o Estado assumirá o pagamento da totalidade das crianças em Creche. Sei que este ano vai haver um aumento, que está em análise, mas ainda desconheço a sua tipificação, e ainda bem que acontece.

Como referi a partir do próximo ano letivo, a creche será gratuita para todas as crianças pois todas elas nasceram depois de 1 de setembro de 2021. Repare-se que na Creche iniciam a socialização e o adquirir de conhecimentos desde o primeiro momento. No entanto, se nada for feito nesta valência o pré-escolar no setor social e privado as famílias iriam ter um encargo de uma comparticipação social tal como tem acontecido até ao presente.

Haveria famílias que iriam retrair os seus filhos que voltariam três anos depois à escola para o primeiro ciclo. Haveria aqui um buraco na descontinuidade das crianças no acesso à educação, ou seja, haveria uma descontinuidade no processo de socialização e de aprendizagem que em nada é de se recomendar.

A situação está a ser estudada e presume-se que a partir do próximo ano letivo e de forma progressiva as crianças com 3 anos terão frequência gratuita e nos dois anos seguintes serão as restantes e num prazo de três anos a educação será toda ela gratuita.

Para nós, acaba também por ser vantajoso, sobretudo por haver maior previsibilidade e maior estabilidade nas receitas, resultando uma otimização na gestão, inclusivamente por exemplo na nossa interação com os bancos e outros parceiros.

Uma valência que se pode dizer, foi a origem da Instituição, ou seja, o LIJ – Lar de Infância e Juventude que recolhe raparigas retiradas judicialmente das famílias.

Há uma nova Portaria que vem alterar bastante as coisas nesse setor.

Sim. É verdade. Já existem instituições a adaptarem-se à nova legislação e nós vamos por esse caminho. Estamos a planejar como iremos operacionalizar as coisas.

Esta Portaria divide-se estabelece três situações: Para as crianças até aos 6 anos a serem recolhidas em famílias de acolhimento, sendo que eu nisto eu duvido que as

haja em quantidade suficiente, depois para crianças até aos 15 anos a serem integradas nas instituições como é agora, e depois, as crianças de 15/16 anos, serão disponibilizados apartamentos de autonomia, naquilo que me parece ser uma medida muito boa.

Com ela, a partir dos 15/16 anos, com orientação das instituições e das técnicas, as(os) jovens passarão a viver sozinhas(os) tendo em vista a sua preparação para a vida futura.

Neste momento estamos a estudar a possibilidade de dentro das instalações ser construído um apartamento com 3 ou 4 quartos sem ligação interna ao restante edificado.

As duas técnicas serão a tempo parcial, e como é óbvio, ajudarão na orientação e supervisão quotidiana.

Mas há um fator que realmente diferencia ainda mais aquilo que existe. Estes espaços, em princípio, vão ser mistos. Irão conviver no mesmo espaço, rapazes e raparigas. Isto exige uma gestão complicada e atenta. As metodologias em relação ao atual, vão ser muito diferentes. É um grande desafio.

Haverá cuidados a ter que não existem agora porque são desnecessários, mas que depois serão essenciais. A própria idade em si mesma, é complicada. É o tempo da descoberta e do despontar.

Algo que pode e vai complicar é um outro fator. Não haverá diferenciação tendo em conta o tipo de origem do problema que deu origem à intervenção judicial e à medida de proteção judicial das crianças de junto das respetivas famílias.

Quer isto dizer que juntas na mesma casa, estarão crianças formatadas e habituadas em meios familiares problemáticos, nomeadamente com indole criminal, delinquentes em diversos contextos, cada qual com a sua realidade e capacidade de espírito crítico.

Para as instituições vai ser algo de muita responsabilidade. Por exemplo, uma ou outra jovem que venha de um ambiente familiar muito violento, irá partilhar espaço e conviver com outras que provêm de famílias problemáticas mas de outro contexto.

As exigências ao nível da formação das jovens serão muito maiores. A educação e a formação não podem ser descuidadas, nomeadamente no campo cívico, pois a noção daquilo que é certo e daquilo que é errado, não é igual para toda a gente e muito menos para jovens do contexto em apreço.

Um desafio preste a acontecer, é o novo equipamento a instalar no Hospital D. Luiz I.

Atual perspectiva é que até o mês de maio próximo, seja aberto para o serviço. Não sei se vai ser possível, mas estão a ser feitos todos os esforços nesse sentido nomeadamente por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal.

O certo, é que existem prazos a serem cumpridos e obrigações com as instituições financiadoras do projeto, pelo que nada tarda a abrir.

No que nos respeita, teremos ali uma Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença, ou seja, situações até um mês de internamento.

Isto vai implicar um Quadro de Pessoal

com cerca de 45 a 50 pessoas, das quais 15 serão enfermeiros (as). Vai ser difícil neste ponto, pois não existem muitos no mercado de trabalho pelas razões que se conhecem, nomeadamente também porque vão para o estrangeiro. Depois, neste setor, os profissionais dão prioridade à hipótese de trabalharem em Centros Hospitalares grandes, onde podem crescer e evoluir mais em termos profissionais.

Vamos precisar também de 16 a 18 pessoas para ajudantes de ação médica. Outro desafio. Isto é bom, pois com esta disponibilidade de emprego local, pode-se fixar mais jovens na região, na terra.

Recentemente, em conversa com outros colegas Provedores, estes referiam que sentem dificuldades em encontrar pessoas para trabalhar no setor social suas localidades. Eu referi-lhes a nossa interação por exemplo com a Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e da Escola Profissional do Rodo que têm ministrados cursos de auxiliar de gerontologia, geriatria e de auxiliar de saúde.

Disse-lhes que vamos à Escola e tentamos recrutar jovens finalistas desses cursos. Esses já têm formação que será acrescia da que recebem no local de trabalho. Já está o caminho a meio.

Neste momento já temos 6 jovens com idades entre os 18 e os 20 anos. Para os que saem da Escola é muito bom, pois têm logo emprego.

Iremos abrir concurso público para mais a contratar, mas iremos fazer um périplo pelas Escolas para vermos a possibilidade de seguir essa via.

Os equipamentos já estão adquiridos e prontos a instalar, só falta o finalizar das obras.

Como se sabe, o Centro de Saúde irá passar para o edifício do Hospital, e posso dizer que irá ser o mais moderno do distrito de Vila Real.

Deixando uma mensagem geral...

Foco-me no contexto financeiro. Posso dizer que existem instituições com enormes dificuldades económicas. Frequentemente são apontadas culpas aos dirigentes, mas é absolutamente injusto, o que está em causa são os financiamentos insuficientes para fazer face à despesa cada vez maior devido às exigências a que estamos obrigados. As nossas receitas estão referenciadas por lei, tanto as do Estado como a dos utentes e familiares.

Se não for avante a promessa de o Estado participar os tais 50 por cento das despesas em cada valência, a situação vai complicar-se ainda mais.

Caso se não dê a volta às coisas, haverá instituições a encerrar portas com tudo o que isso implica tanto em termos do serviço prestado como do próprio emprego que acaba e que permite o sustento de muitas famílias.

É muito mau quando as instituições têm de recorrer à banca ou vender património não para investir, mas para financiar a despesa corrente.

Resta-nos apelar para o Estado, para que ele cumpria as suas obrigações e que o serviço prestado pelo setor social seja reconhecido e recompensado.

O que vai acontecendo - LIJ



Lar D. Antónia Adelaide Ferreira

